Misericórdia
Palmela

Relatório de Actividades e Contas de Gerência 2017

Nos termos do Compromisso, a Mesa Administrativa submete à vossa apreciação, discussão e votação o presente Relatório de Actividade e Contas de Gerência de 2017, o qual, em conformidade com o mesmo Compromisso, incorpora o Parecer do Concelho Fiscal, sendo ainda acompanhado pelo Relatório de Auditoria, elaborado pelo Revisor Oficial de Contas.

Com esse relatório e contas, pretende-se colocar à disposição da Irmandade, toda a informação que permita a correcta avaliação do desempenho da Santa Casa da Misericórdia de Palmela, durante o ano de 2017.

O ano de 2017 constituiu mais uma etapa no percurso de 488 anos de vida da Instituição, tendo todas as suas valências prosseguido as suas actividades, acções e iniciativas, com maior ou menor impacto, com maior ou menor visibilidade, numa perspectiva de responder aos problemas sociais.

A Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia de Palmela, agradece a todos quantos, durante o ano de 2017, colaboraram com a Instituição, em especial aos nossos irmãos, órgãos sociais, entidades e organismos parceiros e trabalhadores

Palmela, 21 de Março de 2018.

Misericórdia
Palmela

Lista dos Corpos Sociais eleitos para o quadriénio 2015/2018

Assembleia Geral

Presidente	Prof. Dr. Alberto Manuel Trovão do Rosário
Secretário	José Rodrigues Ferreira
Secretário	Ulisses Caetano Oliveira Machado
Suplente	José Manuel da Silva Machado
Suplente	Fernando Camolas Rodrigues
Suplente	Filipe Oliveira Maçarico Cardoso

Conselho Fiscal

Presidente	Fernando Manuel Ferreira Martins
Secretário	Sérgio Coelho Pavão
Relator	Lúcio da Costa Calha
Suplente	Adérito Carvalho Simões Gonçalves
Suplente	Laurentino Verdi Oliveira Cordeiro
Suplente	Manuel Valente Silva Madaleno

Mesa Administrativa

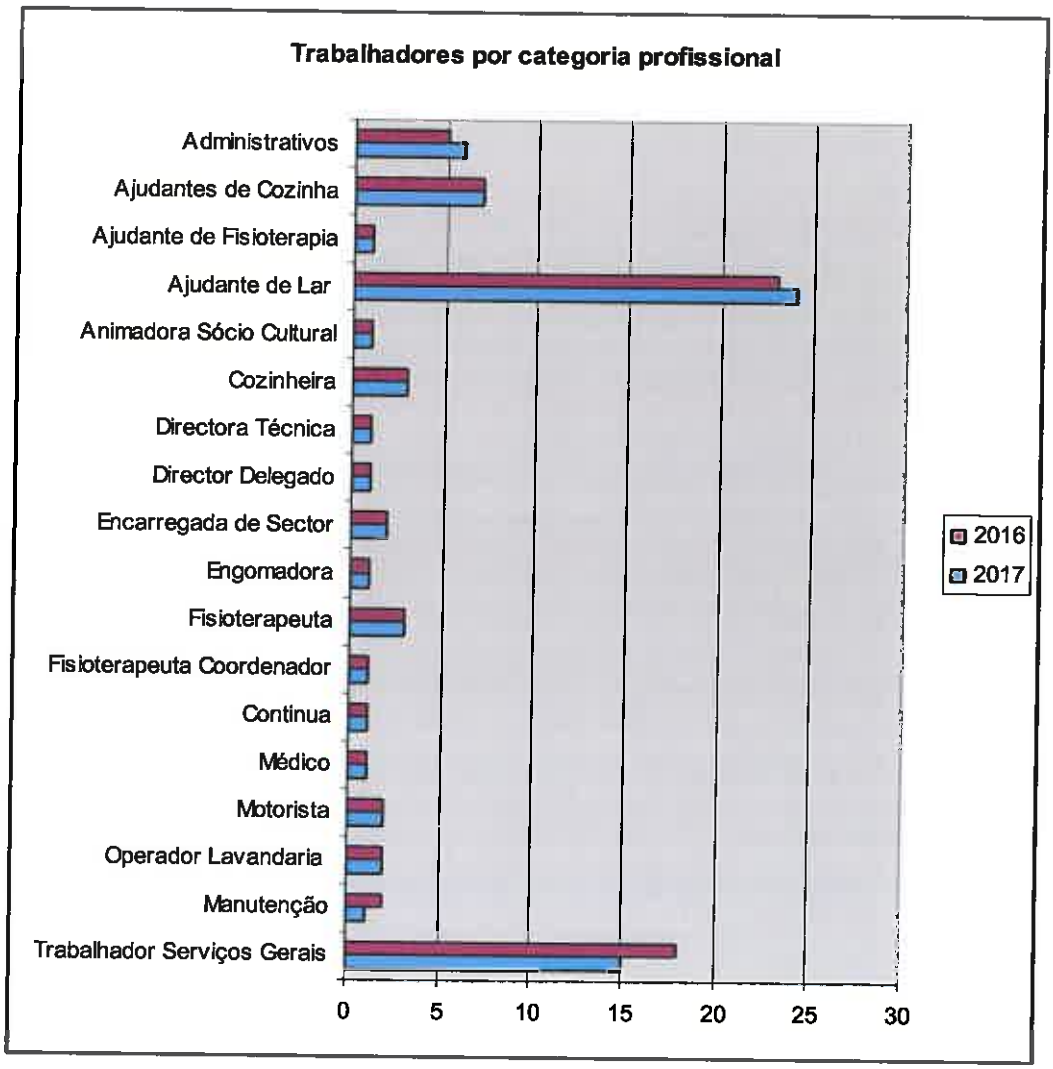
Provedor	Francisco Manuel Gonçalves Cardoso
Vice-Provedor	Ricardo Maçarico Pereira
Secretário	Maria João Marques Oliveira
Tesoureira	Maria Filomena Teixeira Gomes Cardoso
Vogal	Carlos Alberto Silva Caçoete
Vogal	Altino Marques Rodrigues Bernardes
Vogal	Artur José Santos Marques
Suplente	Elviro José Chula
Suplente	Manuel António Farias Pica
Suplente	Firmino Manuel Coelho Nunes
Suplente	Guilherme Alberto Gomes Cordeiro

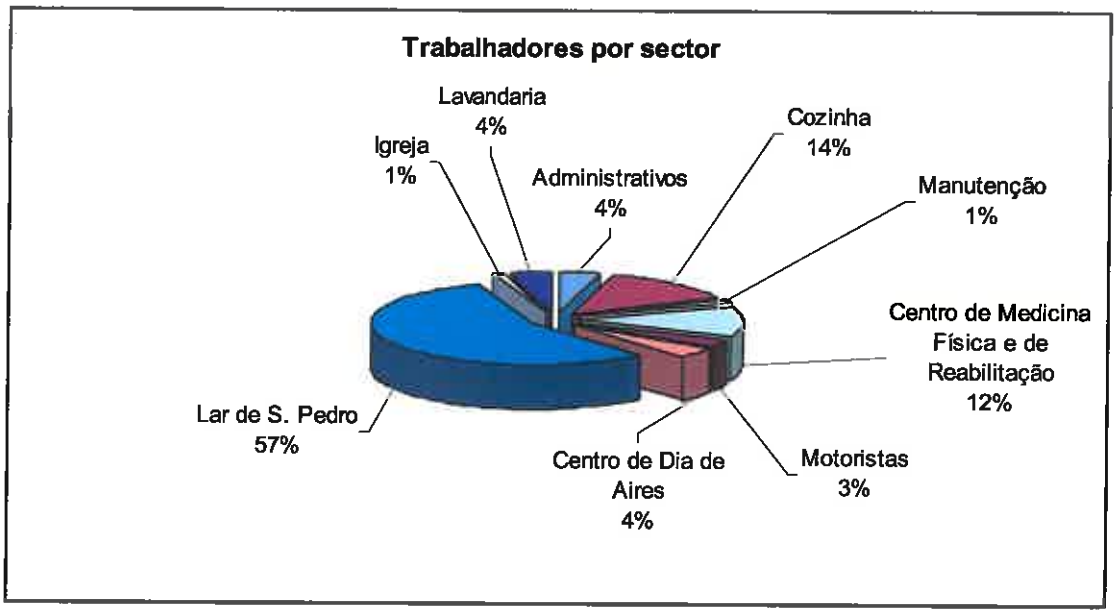
1 – Irmandade

A Instituição Santa Casa da Misericórdia de Palmela, tinha em 31 de Dezembro de 2017 261 Irmãos activos. No ano de 2017, foram admitidos 11 novos Irmãos.

2 – Recursos Humanos

Para assegurar o normal desenvolvimento das valências desta Instituição desempenharam funções, durante os anos de 2016 e 2017, os trabalhadores discriminados nos gráficos que se seguem, por categorias e por afectação a cada resposta Social. Os dados reportam-se a 31 de Dezembro de cada ano.



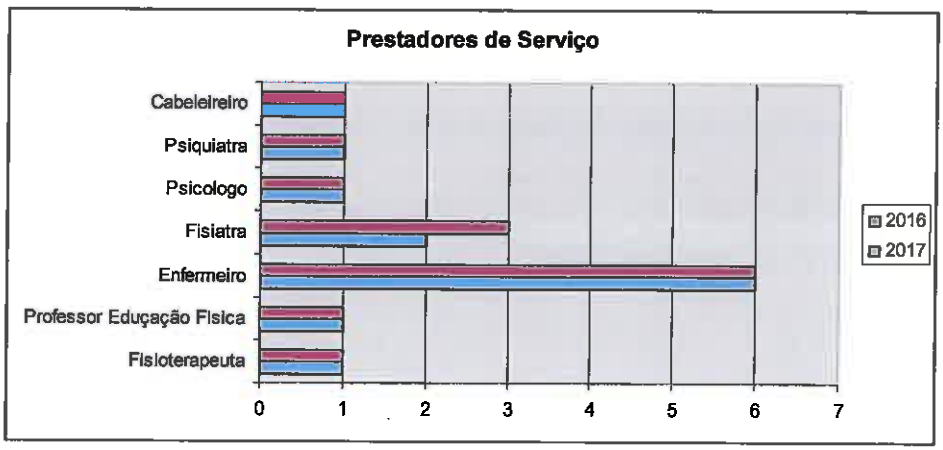


No ano de 2017, foram admitidos 8 novos funcionários, tendo saído, por termo de contrato ou passagem à reforma 11 funcionários. No final do ano, a Instituição contava com 73 funcionários no quadro de pessoal. Embora o número de funcionários saídos exceda o número de admissões, nas valências, o número de funcionários efectivamente ao serviço manteve-se constante.

Durante o ano, continuaram a ser realizadas as acções de formação no âmbito da implementação de HACCP, abrangendo 14 funcionários.

Iniciou-se no final do ano de 2017, no âmbito de um protocolo celebrado com a União das Misericórdias Portuguesas, uma acção de formação no âmbito de Ética e Deontologia Profissional destinada a todos os trabalhadores da Instituição. Tratando-se de uma acção de formação certificada, os 22 trabalhadores integrados no nível II já concluíram a mesma, estando a decorrer a acção para os trabalhadores do nível IV.

Em regime de prestação de serviços, haviam, no final do ano, os seguintes colaboradores, discriminados no gráfico abaixo.



O Professor de Educação Física surge no seguimento do protocolo celebrado com a Câmara Municipal de Palmela, no âmbito do programa "Viver Melhor, Viver com Autonomia", no qual esta entidade comparticipa com 50% do custo dos honorários mensais do mesmo.

3 – Património

3.1 - Edifício Sede

Decorre desde o ano de 2011, o processo de obtenção da licença de utilização das instalações do Edifício Sede, onde funcionam o Lar de S. Pedro, o Centro de Medicina Física e de Reabilitação e os Serviços Administrativos. No ano de 2016, a Instituição teve conhecimento do parecer da Câmara Municipal de Palmela, depois de consultadas várias entidades, relativo aos projectos anteriormente entregues. O Projecto tem, neste momento, a aprovação por parte da Associação Nacional de Protecção Civil e pelo IGESPAR. No entanto, dado o parecer desfavorável emitido pela Segurança Social, referente ao facto da existência no Lar de S. Pedro de quartos com quatro camas, foram efectuadas várias reuniões com a equipa de projectistas, tendo chegado à conclusão de propor à Segurança Social, um aumento das instalações do Lar de S. Pedro, de modo a criar mais quartos, para que, por um lado, seja possível corresponder à exigência daquela entidade, e por outro lado, não se perder a capacidade instalada. Durante o ano de 2017, foram realizadas várias reuniões entre os autores do projecto e os técnicos da Segurança Social, não havendo, no final do ano, qualquer decisão sobre o mesmo.

Foram efectuados trabalhos de reparação, conservação e pintura na cozinha do Lar, nomeadamente a reparação de paredes e tectos.

Foram efectuados diversos trabalhos de pintura e conservação em alguns quartos dos utentes do Lar.

3.2 – Centro de Dia de Aires

O Centro de Dia de Aires funciona num imóvel arrendado. Durante o ano de 2017, foram efectuadas pequenas reparações na cozinha.

3.3 – Antigo Hospital de N. Sr.ª da Conceição

Este edifício encontra-se arrendado à Câmara Municipal de Palmela. Durante o ano de 2017, e por solicitação daquela entidade, foram efectuados trabalhos de reparação da placa, janelas e paredes exteriores do edifício, por motivo de infiltrações. Foram ainda efectuados trabalhos de reparação no interior.

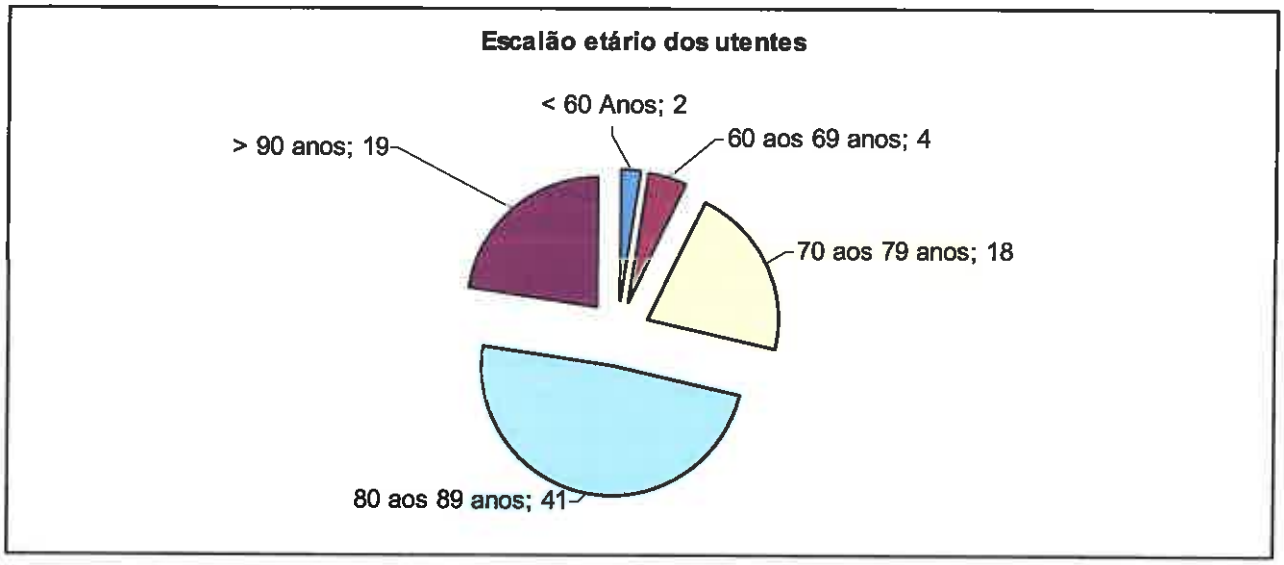
3.4 – Prédio da Praça da Alegria, em Lisboa

Continuaram as reuniões com o arrendatário do segundo, terceiro e parte do quarto piso deste imóvel, de forma a renegociar o contrato de arrendamento existente. Está a ser estudada a possibilidade de arrendar ao mesmo inquilino, o primeiro piso e o restante do quarto piso. Temos conhecimento que este submeteu um projecto à Câmara Municipal de Lisboa para verificar a viabilidade do que pretende realizar.

4 – Valências

4.1 – Lar de S. Pedro

Em 31 de Dezembro de 2017, residiam no Lar de S. Pedro 84 utentes. Foram admitidos durante o ano, vinte e quatro utentes, tendo saído, por morte ou desistência, também vinte e quatro utentes.



Cada vez mais, os idosos são admitidos no Lar de S. Pedro em piores condições de saúde, o que obriga a que necessitem de mais cuidados por parte dos serviços.

Foi instalado no Lar de S. Pedro, no ano de 2017, um recuperador de calor, para melhorar o bem estar dos utentes.

Foi ainda instalada uma plataforma elevatória na Secretaria do Lar, para acesso ao primeiro piso.

Procedeu-se à substituição de alguns roupeiros, nos quartos dos utentes.

Foram instaladas novas câmaras de vigilância, para o exterior das instalações.

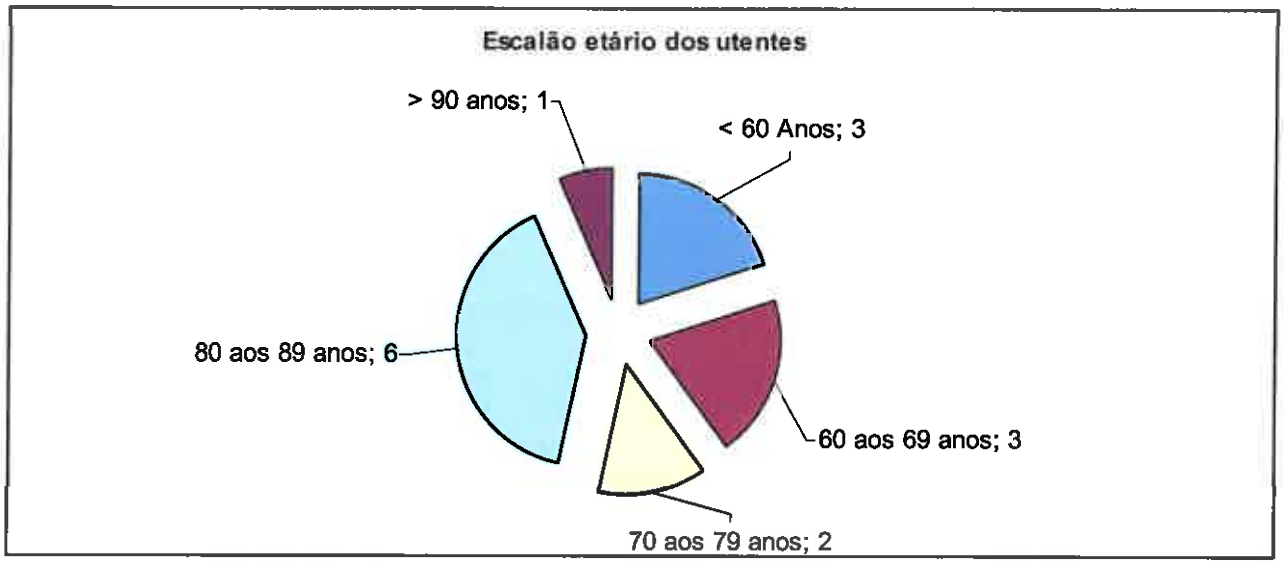
4.2 – Centro de Dia de Aires

Frequentavam o Centro de dia de Aires 15 utentes, no final do ano de 2017. Foram admitidos durante o ano sete utentes, tendo saído por desistência ou integração em Lar, dez utentes.

Durante o ano de 2017, o Centro de Dia de Aires não conseguiu ter a sua capacidade completa, por motivo de ausência de lista de espera. No entanto, das dez saídas

Misericórdia
Palmela

verificadas nesse ano, quatro pertenceram a utentes que vieram a ser integrados no Lar de S. Pedro.



4.3 – Centro de Medicina Física e de Reabilitação

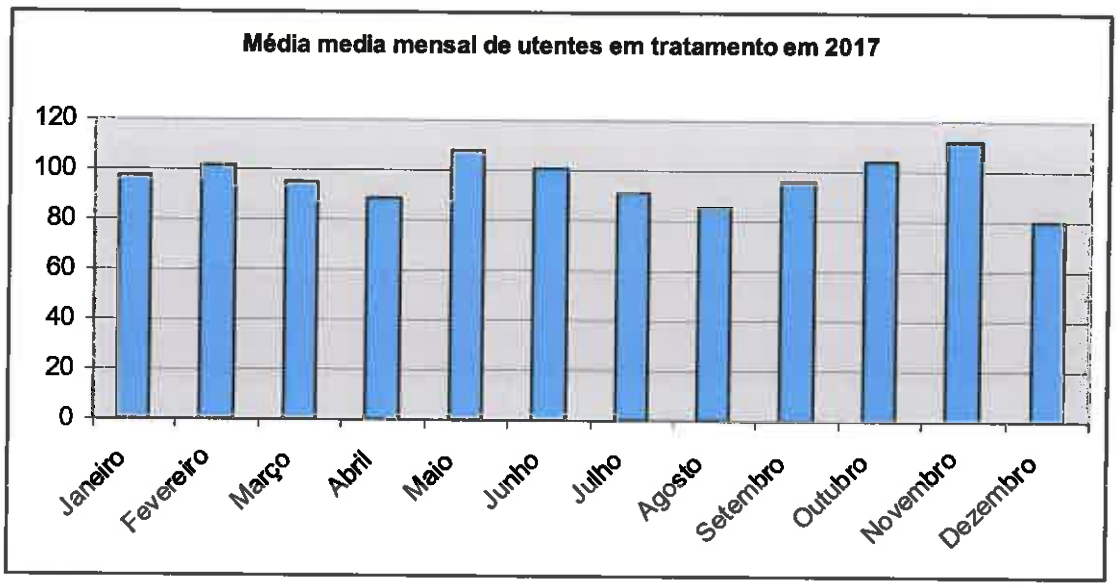
Durante o ano de 2017, registou-se uma média diária de 97 utentes em tratamento. Foram celebrados dois novos protocolos, com a Saúde Livre e com a Humana, Clínicas de Traumatologia, Lda.

Houve uma alteração no corpo médico do Centro. Saíram dois dos médicos fisiatras existentes e foi integrado um novo fisiatra. Esta alteração não afectou o número de consultas mensais

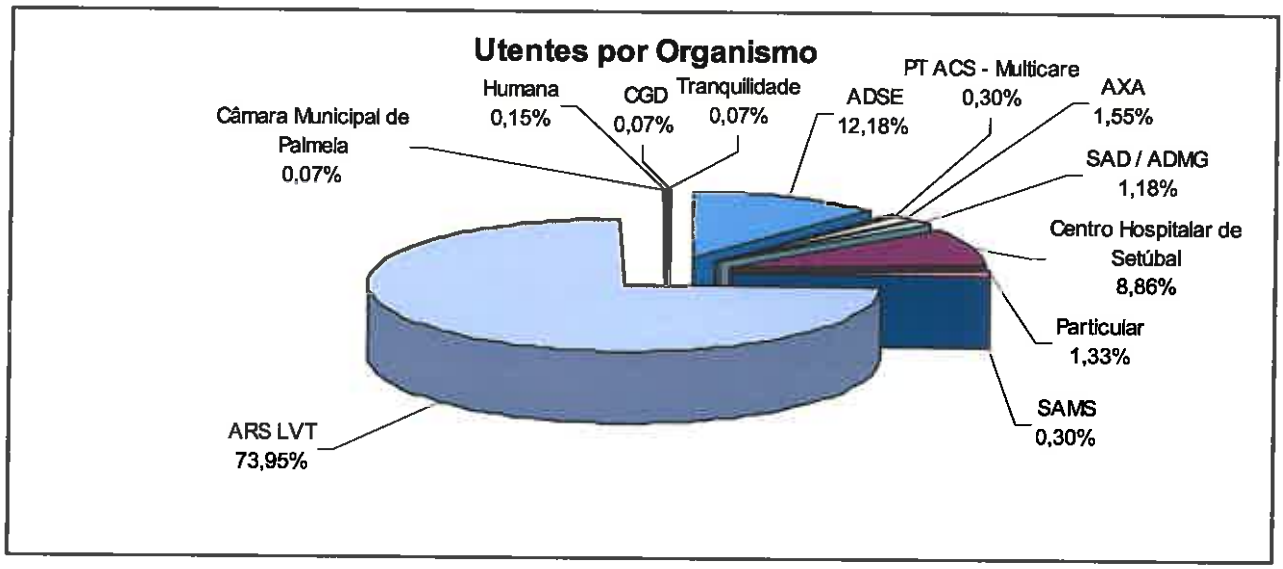
Durante o ano de 2017, foram realizadas no Centro de Medicina Física e de Reabilitação, um total de 1.588 consultas de fisiatria.

Misericórdia
Palmela

A frequência média diária de utentes em tratamento durante o ano de 2017, foi de 97 utentes. Atingiu o valor máximo no mês de Novembro, com 112 utentes e o valor mínimo no mês de Dezembro, com 80 utentes.



Relativamente ao subsistema utilizado pelos utentes, continua a predominar os provenientes da ARS LVT. A percentagem total destes aumentou cerca de 4% em relação ao ano anterior, para cerca de 73.95%.



Foram adquiridos dois aparelhos de ultra-sons para esta valência. Foi ainda criada uma nova sala de arquivo, tendo sido adquiridos os respectivos armários.

Misericórdia
Palmela

4.4 – Cantina Social

No âmbito da Convenção da Rede Solidária de Cantinas Sociais, para o Programa de Emergência Alimentar, a Santa Casa da Misericórdia de Palmela celebrou um Protocolo de Cooperação com o Centro Distrital de Segurança Social de Setúbal, para o fornecimento de refeições Às pessoas em situação de maior vulnerabilidade.

A revisão do protocolo verificada em Julho de 2017, definiu uma redução do número de refeições fornecidas a partir do mês de Outubro de 2017, passando das 100 refeições anteriormente protocoladas para 85 refeições em Outubro, 74 refeições em Novembro e 62 em Dezembro. Prevê-se que a descida gradual do número de refeições protocoladas, se mantenha no próximo ano.

4.5 Actividades realizadas com os utentes

Durante o ano de 2017, a área de Animação Sociocultural desenvolveu diversas actividades, de âmbitos diversificados, que pretendem dar resposta às necessidades apresentadas pelos utentes.

Durante o ano, com interrupção nos meses de Julho e Agosto, são realizadas aulas de educação física com os utentes do Lar de S. Pedro e Centro de Dia de Aires, dois dias por semana. Promoveram-se saídas semanais com os utentes.

Tivemos uma participação activa dos utentes em actividades realizadas na Instituição, tais como a festa de Carnaval, com a elaboração dos fatos, a comemoração da Páscoa, a festa de S. Pedro, com a participação dos utentes na marcha, realizada no Lar de S. Pedro. Os utentes participaram ainda na organização da festa de S. Martinho e na Festa de Natal. Foram realizados alguns ateliers de culinária no Centro de Dia de Aires, com a participação dos utentes do Lar e do Centro de Dia

Como actividades extra institucionais, os utentes assistiram a espectáculos musicais no Cineteatro S. João, assistiram ao colóquio "Actividade física ao longo da Vida, na Biblioteca Municipal de Palmela, visitaram o Museu da Música Mecânica, visitaram o Museu do Estádio da Luz, assistiram a uma formação de prevenção de quedas e realizaram um piquenique com todas as IPSS do concelho,

Os utentes do Lar de S. Pedro e Centro de Dia de Aires, durante os meses de Julho, Agosto e Setembro foram à praia durante as manhãs; visitaram o Espaço Fortuna – Artes e Ofícios; estiveram numa colónia de férias na Casa Gaiato; assistiram a Exposições na Biblioteca de Palmela; e participaram na Feira Sénior no Pinhal Novo. Visitaram a Pousada de Palmela no âmbito da iniciativa "Descobrir a História e os encontros deste Monumento".

Ainda nas actividades efectuadas com os utentes das nossas valências, foi efectuada uma visita a Fátima, como é habitual todos os anos, tendo ainda os utentes do Lar e Centro de Dia estado presentes numa Peregrinação Diocesana, organizada pela Diocese de Setúbal e realizada também em Fátima; a Marcha da Santa Casa participou no desfile de Marchas realizado no Largo de S. João; foram à Feira da Golegã e estiveram na

Misericórdia
Palmela

Quinta da Bacalhoa, com visita ao Museu e prova de moscatel; assistiram a uma corrida de toiros em Setúbal; assistiram a diversos jogos de futebol, no estádio do Bonfim.

Os utentes estiveram no Estoril para assistir a um jogo da Selecção Nacional e assistiram a um recital de poesia no Lar.

Durante o ano, são ainda disponibilizados aos utentes jogos de tabuleiro, jogos tradicionais, sessões de trabalhos manuais, passeios diários e ensaios do Coro da Instituição.

A Instituição organizou ainda, a quinta Caminhada Solidária Viver +. Esta iniciativa contou com a participação de 112 pessoas, tendo sido angariados mais de 115 kg de géneros alimentares que posteriormente foram distribuídos a famílias carenciadas do Concelho.

4.6. Igreja da Misericórdia

A Igreja da Misericórdia continuou aberta todos os dias da semana, com excepção da segunda feira, de forma a ser possível a visita à mesma a todos os interessados.

A Igreja da Misericórdia continuou inserida do Roteiro que a Câmara Municipal elabora na organização de visitas à Vila.

Durante o ano de 2017, iniciámos contactos com os serviços da Direcção Geral de Património Cultural, com o objectivo de obter apoio daquela entidade para se efectuar os projectos de arquitectura para os trabalhos de conservação e reparação necessários, ao abrigo de um Protocolo existente entre aquele organismo e a União das Misericórdias Portuguesas.

Em Agosto de 2017 foi comunicado pelo Pároco da vila de Palmela que iria deixar de celebrar missas aos sábados na Igreja da Misericórdia, transferindo essa Missa para a Igreja Paroquial. Foi efectuado o possível para a alteração da decisão, que não aconteceu.

4.7. Outras Actividades

A Instituição continuou, no ano de 2017, a atribuir as Bolsas Álvaro Carvalho Cardoso, destinadas a três alunos da Escola Secundária de Palmela. Destes três alunos, dois continuam a frequentar aquela escola. A outra bolsa atribuída destina-se a um aluno que tenha ingressado no Ensino Superior, e que em caso de aproveitamento, ser-lhe-á atribuída a bolsa anualmente, até terminar o curso.

Misericórdia
Palmela

Santa Casa da Misericórdia de Palmela

Contas de Gerência

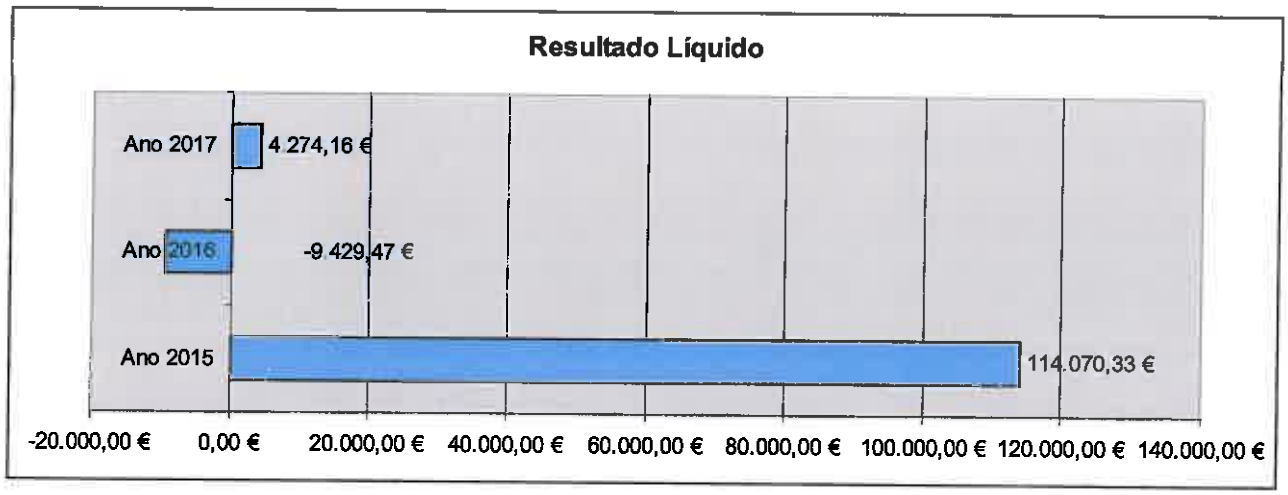
Ano de 2017

1 – Relato Económico e Financeiro

1.1 Enquadramento Geral da Actividade, em 2017

A análise económica e financeira económica e financeira que se apresenta, sintetiza os resultados apresentados pela Instituição, bem como a sua situação patrimonial e financeira em 31 de Dezembro de 2017.

A Santa Casa da Misericórdia de Palmela encerrou o ano apresentando um resultado líquido positivo de 4.274,16 €.



Demonstração de Resultados Líquidos	2017	2016	2015
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e de impostos	56.763,11 €	45.737,37 €	192.011,18 €
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	52.533,58 €	55.228,37 €	78.502,92 €
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	4.229,53 €	-9.491,00 €	113.508,26 €
Resultado antes de Impostos	4.274,16 €	-9.429,47 €	114.070,33 €
Resultado Líquido do Exercício	4.274,16 €	-9.429,47 €	114.070,33 €

Misericórdia
Palmela

No exercício de 2017, o resultado líquido do exercício foi positivo. Tal resultado deveu-se essencialmente ao aumento da rubrica de prestação de serviços na valência de Lar.
Comparando com os anos anteriores, verifica-se que nos anos de 2017 e de 2016, os resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos foram positivos e significativamente melhores que os verificados no ano de 2015, já que o resultado deste ano foi influenciado por uma correcção favorável de uma provisão criada no ano de 2010, no valor de 201.182,12 €, resultante de um processo judicial contra a Instituição, cuja decisão do mesmo, verificada no ano de 2015, foi favorável à Santa Casa. Excluindo este valor, temos uma variação positiva entre o ano de 2017 e 2015, de cerca de 65.000,00 €

Dado que o peso da rubrica de Depreciações é demasiado elevado no resultado líquido dos exercícios da Instituição, manteve-se a deliberação de considerar elegível para depreciação, apenas 75% do valor dos imóveis em uso, considerando que os restantes 25% do valor do mesmo refere-se ao terreno, não sendo este objecto de depreciação, ao abrigo do n.º 3 do art,º 10º do Decreto Regulamentar 25/2009.

O resultado líquido deste ano de 2017 teve ainda o impacto negativo do aumento da estimativa relativa aos custos com férias, subsídios de férias e encargos, que são direitos adquiridos pelos trabalhadores neste ano, mas que serão liquidados apenas no próximo ano. Dado que a estimativa deverá recair sobre dois meses de salários e apenas tem sido efectuado sobre 1 mês, foi deliberado pela Mesa Administrativa aumentar 1/4 deste valor neste ano de 2017 e nos próximos 3 anos, de modo a cumprir o valor correcto a estimar. Esta medida afectou os resultados em cerca de 14.000,00 €

Desdobrando o resultado líquido do exercício pelos quatro centros de custo existentes, as três valências da Instituição, o Lar de S. Pedro, o Centro de Dia de Aires e o Centro de Medicina Física e de Reabilitação, e uma outra rubrica denominada Receitas / Gastos Gerais da Entidade, onde são registadas receitas / despesas que não afectam de uma forma directa nenhuma valência e que incluem os custos da Igreja da Misericórdia, o resultado foi o seguinte:

Lar de S. Pedro

Demonstração de Resultados Líquidos	2017	2016
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e de impostos	22.572,17 €	7.093,83 €
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	10.772,08 €	9.789,45 €
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	11.800,09 €	-2.695,62 €
Resultado antes de Impostos	11.800,09 €	-2.695,62 €
Resultado Líquido do exercício	11.800,09 €	-2.695,62 €

Centro de Dia de Aires

Demonstração de Resultados Líquidos	2017	2016
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e de impostos	-21.783,26 €	-17.824,08 €
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	- €	- €
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	-21.783,26 €	-17.824,08 €
Resultado antes de Impostos	-21.783,26 €	-17.824,08 €
Resultado Líquido do exercício	-21.783,26 €	-17.824,08 €

Centro de Medicina Física e de Reabilitação

Demonstração de Resultados Líquidos	2017	2016
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e de impostos	-1.104,19 €	2.391,24 €
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	6.628,39 €	7.139,34 €
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	-7.732,58 €	-4.748,10 €
Resultado antes de Impostos	-7.732,58 €	-4.748,10 €
Resultado Líquido do exercício	-7.732,58 €	-4.748,10 €

Gastos / Receitas Gerais da Instituição

Demonstração de Resultados Líquidos	2017	2016
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e de impostos	57.078,39 €	54.076,38 €
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	35.133,11 €	38.299,58 €
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	21.945,28 €	15.776,80 €
Resultado antes de Impostos	21.989,91 €	15.838,33 €
Resultado Líquido do exercício	21.989,91 €	15.838,33 €

Misericórdia
Palmela

Relativamente à rubrica de prestação de serviços das valências do Lar de S. Pedro, Centro de Dia de Aires e Centro de Medicina Física e de Reabilitação, verificamos que a evolução entre os anos de 2017 e o ano de 2016, foi a seguinte.

Prestações de Serviços – Valências

	2017	2016	Variação	%
Lar de S. Pedro	732.638,33	768.409,75	-35.771,42	-4,66%
Centro de Dia de Aires	33.254,13	43.346,49	-10.092,36	-23,28%
Centro MFR	209.350,50	218.823,69	-9.473,19	-4,33%
Total Prestações	975.242,96	1.030.579,93	-55.336,97	-5,37%

Nos valores apresentados, nas valências de Lar e Centro de Dia, não estão incluídos os montantes recebidos por meio de Acordo de Cooperação.

A valência de Lar de S. Pedro apresenta uma variação negativa apenas por, no ano de 2017, a contabilização dos valores recebidos pela Cantina Social passou a ser efectuada na conta Subsídios, doações e legados à exploração, por indicação recebida da Segurança Social. No ano de 2017, o valor recebido da Cantina Social, foi de 78.485,00 €. No ano de 2016, o valor recebido da Cantina Social foi de 91.250,00 €. Excluindo estes valores nos dois anos, a rubrica de prestação de serviços no Lar subiu 8,19 %

A descida verificada no Centro de Dia de Aires, deveu-se ao facto de, durante o ano de 2017, não ter sido possível manter a capacidade da valência preenchida, por ausência de lista de espera. Assim, de uma capacidade fixada em 20 utentes, frequentaram a valência uma média de cerca de 15 utentes, justificando a quebra verificada.

O Centro de Medicina Física e de Reabilitação inverteu a tendência de variação positiva que se iniciou em 2015, em parte por motivo da ausência por licença de uma fisioterapeuta, durante 6 meses, e por a substituta não realizar a totalidade das horas desta.

Misericórdia
Palmela

Relativamente à rubrica Receitas / Gastos da entidade, as receitas registadas foram as seguintes:

	2017	2016	Variação	%
Quotizações dos Irmãos	3.570,62	1.900,96	1.669,66	87,83%
Donativos	9.365,35	9.385,13	-19,78	-0,21%
Rendimento de Imóveis	124.337,78	122.726,82	1.610,96	1,31%

1.2 Investimentos

No ano de 2017 foi registado um incremento na rubrica de Activos Fixos Tangíveis no montante de 30.276,30 €, representado do seguinte modo:

Imobilizações Corpóreas	Saldo Inicial	Saldo Final	Variação
Terrenos e Recursos Naturais	1.666,73	4.122,29	2.455,56
Edificios e Outras Construções	2.384.257,29	2.386.026,23	1.768,94
Equipamento Básico	1.313.431,65	1.331.735,49	18.303,84
Equipamento Administrativo	210.781,18	218.529,14	7.747,96
Equipamento de Transporte	122.494,56	122.494,56	0

Dos Investimentos mais relevantes destacamos:

- Aquisição de recuperador de calor
- Aquisição de 2 aparelhos de ultrasons
- Aquisição de plataforma eléctrica
- Aquisição de armários e gavetas para as salas de arquivo
- Instalação de câmaras de vigilância
- Foi efectuada a inventariação contabilística de todos os imóveis da Instituição, sendo este o motivo das variações ocorridas nas rubricas Terrenos e Recursos Naturais e Edifícios.

1.3 Recursos Humanos

A rubrica custos com o pessoal, no ano de 2017, teve um peso de 53,7% na estrutura de Gastos da Instituição.

	2017	2016	Variação
Custos com Pessoal	850.933,91 €	842.216,03 €	8.717,88 €
Lar de S. Pedro	671.049,68 €	643.589,09 €	27.460,59 €
Centro de Dia de Aires	45.642,65 €	47.184,29 €	-1.541,64 €
Centro de M. F. R	124.632,50 €	141.779,76 €	-17.147,26 €
Receitas / Gastos Entidade	9.618,08 €	9.662,89 €	-44,81 €

Esta rubrica teve um aumento de 8.717,88 € no ano de 2017 face a 2016. Este aumento, deve-se essencialmente a:

- Aumento da Remuneração Mínima Nacional para 557,00 € mensais, medida que teve maior efeito na valência de Lar, pois este aumento implicou alterações de vencimento em grande parte dos funcionários desta valência.
- Deliberação da Mesa Administrativa de proceder a um aumento voluntário de 27.00 € a todos os trabalhadores não abrangidos pela Remuneração Mínima Nacional, com o objectivo de manter as diferenças salariais relativas à antiguidade e categoria profissional.

1.4 Existência de dívidas fiscais ao Estado é à Segurança Social

A Instituição tem a sua situação fiscal regularizada perante o Estado e a Segurança Social

1.5 Proposta de aplicação de resultados

O resultado líquido do exercício é positivo, no montante de 4.274,16 € e propõe-se a sua transferência para resultados transitados.

Misericórdia
Palmela

2 – Balanço

Santa Casa da Misericórdia de Palmela | **Contribuinte** 501417826

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 | **Moeda** (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS 31 DEZ 2017	DATAS 31 DEZ 2016
ACTIVO			
Activo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	1.618.245,40	1.640.502,68
Bens do património histórico e artístico e cultural		0,00	0,00
Ativos intangíveis	6	0,00	0,00
Investimentos financeiros	14.1	6.923,84	5.817,59
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Outros Créditos e ativos não correntes		0,00	0,00
		1.625.169,24	1.646.320,27
Activo corrente			
Inventários	8	11.150,90	10.135,87
Créditos a receber	14.2	94.309,66	103.277,87
Estado e outros entes públicos	14.8	8.028,83	7.026,14
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Diferimentos	14.4	5.057,65	7.499,02
Outros ativos correntes	14.3	53.572,21	65.866,80
Caixa e depósitos bancários	14.5	95.668,35	63.320,32
		267.787,60	257.126,02
Total do ativo		**1.892.956,84**	**1.903.446,29**
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	14.6	129.528,56	129.528,56
Excedentes técnicos		0,00	0,00
Reservas		0,00	0,00
Resultados transitados	14.6	300.094,30	292.951,83
Excedentes de revalorização	14.6	1.140.714,42	1.166.945,17
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais		0,00	0,00
		1.570.337,28	1.589.425,56
Resultado líquido do período		**4.274,16**	**-9.429,47**
Total dos fundos patrimoniais		**1.574.611,44**	**1.579.996,09**
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões		0,00	0,00
Provisões específicas		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00

Misericórdia
Palmela

Outras dívidas a pagar		0,00	0,00
		0,00	**0,00**
Passivo corrente			
Fornecedores	14.7	43.908,80	61.979,02
Estado e outros entes públicos	14.8	20.960,92	18.635,55
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Financiamentos obtidos	7	0,00	0,00
Diferimentos		0,00	0,00
Outros passivos correntes	14.9	253.475,68	242.835,63
		318.345,40	323.450,20
Total do passivo		**318.345,40**	**323.450,20**
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		**1.892.956,84**	**1.903.446,29**

A Direcção

O responsável

Misericórdia
Palmela

3 – Demonstração de Resultados Líquidos

Santa Casa da Misericórdia de Palmela **Contribuinte** 501417826

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 **Moeda** **EUROS**

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS 2017	PERÍODOS 2016
Vendas e serviços prestados	9	978.813,58	1.032.480,89
Subsídios, doações e legados à exploração	14.10	472.472,80	390.280,73
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	8	258.133,29	263.848,12
Fornecimentos e serviços externos	14.11	407.055,18	374.682,58
Gastos com o pessoal	12	850.933,91	842.216,03
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos	14.12	135.415,76	124.472,48
Outros gastos	14.13	13.816,65	20.750,00
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		**56.763,11**	**45.737,37**
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	52.533,58	55.228,37
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		**4.229,53**	**-9.491,00**
Juros e rendimentos similares obtidos	14.14	45,63	152,50
Juros e gastos similares suportados	14.14	1,00	90,97
Resultados antes de impostos		**4.274,16**	**-9.429,47**
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		**4.274,16**	**-9.429,47**

Foi o que se realizou durante o ano de 2017

A Mesa Administrativa agradece aos seus utentes, aos benfeitores, a todos os parceiros e às diversas entidades com que a Instituição se relaciona, a colaboração prestada.

Palmela, 21 de Março de 2018

A Mesa Administrativa

Provedor

Francisco Manuel Gonçalves Cardoso

Vice-Provedor

Ricardo Maçarico Pereira

Secretário

Maria João Marques Oliveira

Tesoureira

Maria Filomena Teixeira Gomes Cardoso

Vogais

Carlos Alberto Silva Caçoete

Altino Marques Rodrigues Bernardes

Artur José Santos Marques

Misericórdia
Palmela

Santa Casa da Misericórdia de Palmela

Parecer do Conselho Fiscal

Ano de 2017

Misericórdia
Palmela

Parecer ao Relatório e Contas do Ano de 2017

Digníssima Assembleia Geral

Irmãos:

De acordo com o disposto no artigo 49º do Compromisso, o Conselho Fiscal emite o seu parecer sobre o Relatório de Actividades e Contas de Gerência da Santa Casa da Misericórdia de Palmela, apresentadas pela Mesa Administrativa e referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2017.

Este Conselho Fiscal reuniu periodicamente para analisar os balancetes e acompanhar a vida da Instituição.

As Contas de Gerência mostraram ter sido elaboradas de acordo com a Lei e Compromisso da Instituição.

Assim, este Conselho Fiscal:

1 – Decide apresentar um voto de louvor a todos quantos com o seu labor contribuíram para as Obras de Misericórdia que a Santa Casa realizou;

2 - É de parecer que o Relatório de Actividades e Contas do exercício de 2017 sejam aprovados.

Palmela, 22 de Março de 2018

O Presidente

Fernando Manuel Ferreira Martins

Secretário

Sérgio Coelho Pavão

Relator

Lúcio da Costa Calha

Santa Casa da Misericórdia de Palmela

Certificação de Contas

Ano de 2017

RSM

RSM & Associados - Sroc, Lda

Av. do Brasil, 15-1º 1749-112 Lisboa (Sede)
T: +351 21 3553 550 F: +351 21 3561 952 E: geral.lisboa@rsmpt.pt
Rua da Saudade, 132-3º 4150-682 Porto
T: +351 22 2074 350 F: +351 22 2081 477 E: geral.porto@rsmpt.pt

www.rsmpt.pt

RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de Santa Casa da Misericórdia de Palmela (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2017 (que evidencia um total de 1.892.956,84 euros e um total de fundos patrimoniais de 1.574.611,44 euros, incluindo um resultado líquido de 4.274,16 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos (ou possíveis efeitos) da matéria referida na secção "Bases para a opinião com reservas", as demonstrações financeiras anexas apresentam as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização.

Bases para a opinião com reservas

O reconhecimento dos gastos com o pessoal do período de férias e subsídio de férias, referente ao acréscimo de gastos das remunerações a liquidar efetuado pela Entidade foi subavaliado em cerca de 42.000 euros.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;
- elaboração do relatório de atividades nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

RSM

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pela mesa administrativa de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de atividades com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de atividades

Em nossa opinião, o relatório de atividades foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Lisboa, 22 de março de 2018

RSM & ASSOCIADOS - SROC. Lda.
representada por

Miguel Luís Cortês Pinto de Melo
(ROC n.º 1070)

Joaquim Patrício da Silva
(ROC n.º 320)

Santa Casa da Misericórdia de Palmela

Anexo ao Balanço e Demonstração de Resultados

31 de Dezembro de 2017

© F3M – Information Systems, SA

1 Identificação da Entidade

A "Santa Casa da Misericórdia de Palmela" é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de Instituição Particular de Solidariedade Social, com estatutos publicados na Direcção Geral de Segurança Social, sob o n.º 46/83, com sede em Avenida Rainha D. Leonor Apartado 69, 2950-208 Palmela. Tem como atividade para que possa prosseguir os seguintes objetivos:

- Assistência Social para idosos com internamento
- Assistência Social para idosos sem internamento
- Outras actividades de saúde humana

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2017 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março, com a redacção actual dada pelo decreto-lei 98/2015 de 2 de Junho. No referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Setor Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de Julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de Julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015 de 20 de Julho;
- Normas Interpretativas (NI)

A adoção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que à data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social) para este normativo é 1 de janeiro de 2011, conforme o estabelecido no § 5 Adoção pela primeira vez da NCRF-ESNL.

Assim, a Entidade preparou o Balanço de abertura de 1 de janeiro de 2012 aplicando as disposições previstas na NCRF-ESNL. As Demonstrações Financeiras de 2011 que foram preparadas e aprovadas, de acordo com o referencial contabilístico em vigor naquela altura, foram alteradas de modo a que haja comparabilidade com as Demonstrações Financeiras de 2012.

3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas "Devedores e credores por acréscimos" e "Diferimentos".

3.1.2 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expetativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.3 Compreensibilidade

As Demonstrações Financeiras devem ser de fácil compreensão para os Utentes da informação que relatam. Contudo, não devem ser evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

3.1.4 Relevância

Toda a informação produzida é relevante quando influencia a tomada de decisões dos utentes, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.

3.1.5 Materialidade

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade dependente da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.6 Fiabilidade

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, deve estar expurgada de erros e preconceitos que vão enviesar a tomada de decisão. Mais do que opiniões, ela deve refletir factos consolidados e comprovados.

3.1.7 Representação Fidedigna

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Mesmo que sujeita a riscos, deve haver a preocupação constante mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confiram segurança na hora da tomada de decisão.

3.1.8 Substância sobre a forma

Os acontecimentos devem ser contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica. A exclusiva observância da forma legal pode não representar fielmente determinado acontecimento. O exemplo pode ser dado quando se aliena um ativo, mas se continua a usufruir de benefícios gerados por esse bem, através de um acordo. Neste caso, o relato da venda não representa fielmente a transação ocorrida.

3.1.9 Neutralidade

A informação deve ser neutra. As opiniões e preconceitos são atitudes que enviesam a tomada de decisão.

3.1.10 Prudência

A incerteza e o risco marcam o quotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes que devem ser relevados nas demonstrações financeiras. Contudo, deve

manter-se rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

3.1.11 Plenitude

A informação é fiável quando nas demonstrações financeiras respeita os limites de materialidade e de custo. Omissões podem induzir em erro, pois podem produzir dados falsos ou deturpadores da realidade e levar a decisões erradas.

3.1.12 Comparabilidade

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Fluxos de Caixa

A direção deve comentar quantias dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso. Os valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários devem ser desagregados, para melhor compreensão.

Devem ser divulgados agregadamente, no que respeita tanto à obtenção como à perda de controlo de subsidiárias ou de outras unidades empresariais durante o período cada um dos seguintes pontos:

a) A retribuição total paga ou recebida;

b) A parte da retribuição que consista em caixa e seus equivalentes;

c) A quantia de caixa e seus equivalentes na subsidiária ou na unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido; e

d) A quantia dos ativos e passivos que não sejam caixa ou seus equivalentes na subsidiária ou unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido, resumida por cada categoria principal.

Devem ser indicadas as transações de investimento e de financiamento que não tenham exigido o uso de caixa ou seus equivalentes, de forma a proporcionar toda a informação relevante acerca das atividades de investimento e de financiamento.

3.2.2 Ativos Intangíveis

Os "Ativos Intangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

São registadas como gastos do período as "Despesas de investigação" incorridas com novos conhecimentos técnicos.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas sempre que a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e dar inicio à sua comercialização ou utilização e para as quais seja provável gerar benefícios económicos futuros. Caso não sejam cumpridos estes critérios, são registados como gastos do período.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Projetos de Desenvolvimento	
Programas de Computador	
Propriedade industrial	
Outros Ativos Intangíveis	3 anos

O valor residual de um "Ativo Intangível" com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado ativo para este ativo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

3.2.3 Ativos Fixos Tangíveis

Os "Ativos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	
Edifícios e outras construções	50 anos
Equipamento básico	6 anos
Equipamento de transporte	5 anos
Equipamento biológico	4 anos
Equipamento administrativo	6 anos
Outros Activos fixos tangíveis	6 anos

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativa, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas "Outros rendimentos operacionais" ou "Outros gastos operacionais".

3.2.4 Bens do património histórico e cultural

Os "Bens do património histórico e cultural" encontram-se valorizados pelo seu custo histórico. Os bens que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do dador.

O justo valor é aplicável aos bens, que inicialmente foram adquiridos a título oneroso, sejam contabilizados pela primeira vez e seja impossível estabelecer o seu custo histórico devido à perda desses dados. Esta mensuração também efetuada para os bens cujo valor de transação careça de relevância devido ao tempo transcorrido desde a sua aquisição ou devido às circunstâncias que a rodearam.

As aquisições gratuitas têm como contrapartida a conta "Variações nos fundos patrimoniais"

As obras realizadas nestes bens só são consideradas como ativos se e somente se gerarem aumento da produtividade, de capacidade ou eficiência do bem ou ainda um acréscimo da sua vida útil. Sempre que estes acréscimos não se verifiquem, estas manutenções e reparações são registadas como gastos do período.

Os bens que são incorporados nas instalações ou elementos com uma vida útil diferente do resto do bem. Estes têm um tratamento contabilístico diferente do bem o qual são incorporados, estando registado numa conta com denominação adequada dentro do ativo. São exemplo destas incorporações: sistema de ar condicionado, iluminação, elevadores, sistemas de segurança, sistemas de anti-incêndio.

Visto não ser passível de se apreciar com o mínimo de segurança a vida útil concreta destes bens, estes não são depreciáveis. No entanto a entidade tem em conta a capacidade de gerarem benefícios económicos futuros e os meios técnicos necessários para a conservação e manutenção.

As incorporações a estes bens são depreciáveis, sendo calculadas assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada.

3.2.5 Propriedades de Investimento

Incluem essencialmente edifícios e outras construções detidos para obter rendimento e/ou valorização do capital. Estes ativos não se destinam à produção de bens ou fornecimento de

serviços. Também não se destinam a fins administrativos ou para venda no decurso da atividade corrente dos negócios.

As "Propriedades de Investimento" são registadas pelo seu justo valor determinado por avaliação anual efetuada por Entidade especializada independente. São reconhecidas diretamente na Demonstração dos Resultados, na rubrica "Aumentos/reduções de justo valor", as variações no justo valor das propriedades de investimento.

Só após o início da utilização dos ativos qualificados como propriedades de investimento é que são reconhecidos como tal. Estes são registados pelo seu custo de aquisição ou de produção na rubrica "Propriedades de investimento em desenvolvimento" até à conclusão da construção ou promoção do ativo.
Assim que terminar o referido período de construção ou promoção a diferença entre o custo de construção e o justo valor é contabilizada como "Variação de valor das propriedades de investimento", que tem reflexo direto na Demonstração dos Resultados.

As despesas com manutenção, reparação, seguros, Imposto Municipal sobre Imóveis, entre outros que decorram da utilização, são reconhecidas nas respetivas rubricas da Demonstração dos Resultados. No entanto as benfeitorias que se prevê gerarem benefícios económicos futuros acrescem ao valor das Propriedades de Investimento.

3.2.6 Investimentos financeiros

Sempre que a Entidade tenha uma influência significativa, em empresas associadas, ou exerça o controlo nas decisões financeiras e operacionais, os "Investimentos Financeiros" são registados pelo Método da Equivalência Patrimonial (MEP). Geralmente traduz-se num investimento com uma representação entre 20% a 50% do capital de outra Entidade.
Pelo MEP as participações são registadas pelo custo de aquisição, havendo a necessidade de ajustar tendo em conta os resultados líquidos das empresas associadas ou participadas. Este ajuste é efetuado por contrapartida de gastos ou rendimentos do período e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas por imparidade acumuladas.

Aquando da aquisição da participação pode-se verificar um Goodwill, isto é, o excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos capitais próprios na percentagem detida, ou um Badwill (ou Negative Goodwill) quando a diferença seja negativa. O Goodwill encontra-se registado separadamente numa subconta própria do investimento, sendo necessário, na data de

Balanço, efetuar uma avaliação dos investimentos financeiros quando existam indícios de imparidade. Havendo é realizada uma avaliação quanto à recuperabilidade do valor líquido do Goodwill, sendo reconhecida uma perda por imparidade se o valor deste exceder o seu valor recuperável.

Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos ativos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida diretamente em resultados do período. O ganho ou perda na alienação de uma Entidade inclui o valor contabilístico do Goodwill relativo a essa Entidade, exceto quando o negócio a que esse Goodwill está afeto se mantenha a gerar benefícios para a Entidade.

De acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro 12 – Imparidade de Ativos, o Goodwill não é amortizado, estando sujeito, como referido, a testes anuais de imparidade. Estas perdas por imparidade não são reversíveis.

3.2.7 Inventários

Os "Inventários" estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado ou o FIFO (first in, first out). Os Inventários que não sejam geralmente intermutáveis deve ser atribuído custos individuais através do uso de identificação específica.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão de obra direta e gastos gerais.

Os Inventários que a Entidade detém, mas que destinam-se a contribuir para o desenvolvimento das actividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados e não estão directamente relacionados com a capacidade de ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

3.2.8 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiras são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos "Instrumentos Financeiros" com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;

- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
    - Alterações no risco segurado;
    - Alterações na taxa de câmbio;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
    - Entrada em incumprimento de uma das partes;
    - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
        - Alterações no preço do bem locado;
        - Alterações na taxa de câmbio
        - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Clientes e outras contas a Receber

Os "Clientes" e as "Outras contas a receber" encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As "Perdas por Imparidade" são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente).Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica "Caixa e depósitos bancários" inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em "Fornecedores" e "Outras contas a pagar" são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.9 Fundos Patrimoniais

A rubrica "Fundos" constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os "Fundos Patrimoniais" são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo

3.2.10 Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um

evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.2.11 Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os "Empréstimo Obtidos" encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os "Encargos Financeiros" são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica "Juros e gastos similares suportados".

E/ou

Os "Encargos Financeiros" de "Empréstimos Obtidos" relacionados com a aquisição, construção ou produção de "Investimentos" são capitalizados, sendo parte integrante do custo do ativo. A capitalização destes encargos só inicia quando começam a ser incorridos dispêndios com o ativo e prolongam-se enquanto estiverem em curso as atividades indispensáveis à preparação do ativo para o seu uso ou venda. A capitalização cessa quando todas as atividades necessárias para preparar o ativo para o seu uso venda estejam concluídas. Há suspensão da capitalização durante períodos extensos em que o desenvolvimento das atividades acima referidas seja interrompido. Rendimentos que advenham dos empréstimos obtidos antecipadamente relacionados com um investimento específico são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

Locações

Os contratos de locações (leasing) são classificados como:

- Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob o qual o contrato é realizado; ou
- Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a caraterística qualitativa da "Substância sobre a forma", isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

Os Ativos Fixos Tangíveis que se encontram na Entidade por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 3.2.3. das Políticas Contabilísticas.
Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respetivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos diretos iniciais são acrescidos ao valor do ativo (por exemplo: custos de negociação e de garantia).
Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o ativo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.
Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de "Fornecimentos e Serviços Externos".

3.2.12 Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.
Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

a) "As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;

b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;

c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente."

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que: "A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao

portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;

b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor -geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;

c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas."

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21,5%sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2013 a 2017 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Verificaram os seguintes efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

- Ao abrigo do n.º 3 do art,º 10º do Decreto Regulamentar 25/2009, considerou-se elegível para depreciação, apenas 75% do valor dos imóveis em uso, considerando que os restantes 25% do valor do mesmo refere-se ao terreno, não sendo este objecto de depreciação.

5 Ativos Fixos Tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2016 e de 2017, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

	2016					
Descrição	**Saldo inicial**	**Aquisições / Dotações**	**Abates**	**Transferências**	**Revalorizações**	**Saldo final**
Custo						
Terrenos e recursos naturais	1.666,73					1.666,73
Edifícios e outras construções	2.384.257,29					2.384.257,29
Equipamento básico	1.312.229,56	1.202,09				1.313.431,65
Equipamento de transporte	122.494,56					122.494,56
Equipamento administrativo	203.935,81	6.845,37				210.781,18
Outros Ativos fixos tangíveis	17.678,76					17.678,76
Total	**4.042.262,71**	**8.047,46**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**4.050.310,17**
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	741.114,24	36.599,02				777.713,26
Equipamento básico	1.272.526,11	14.214,01				1.286.740,12
Equipamento de transporte	122.494,56					122.494,56
Equipamento administrativo	200.765,45	4.415,34				205.180,79
Outros Ativos fixos tangíveis	17.678,76					17.678,76
Total	**2.354.579,12**	**55.228.37**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**2.409.807,49**
Valor líquido Contabilístico	**1.687.683.59**	**0**	**47.180,91**	**0,00**	**0,00**	**1640.502,68**

	2017					
Descrição	**Saldo inicial**	**Aquisições / Dotações**	**Abates**	**Transferências**	**Revalorizações**	**Saldo final**
Custo						
Terrenos e recursos naturais	1.666,73	2.455,56				4.122,29
Edifícios e outras construções	2.384.257,29	1.768,94				2.386.026,23
Equipamento básico	1.313.431,65	18.303,84				1.331.735,49
Equipamento de transporte	122.494,56					122.494,56
Equipamento administrativo	210.781,18	7.747,96				218.529,14
Outros Ativos fixos tangíveis	17.678,76					17.678,76
Total	**4.050.310,17**	**30.276,30**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**4.080.586,47**
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	777.713,26	34.120,68				811.833,94
Equipamento básico	1.286.740,12	14.916,69				1.301.656,81
Equipamento de transporte	122.494,56					122.494,56
Equipamento Administrativo	205.180,79	3.496,21				208.677,00
Outros Ativos fixos tangíveis	17.678,76					17.678,76
Total	**2.409.807,49**	**52.533,58**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**2.462.341,07**
Valor líquido Contabilístico	**1.640.502,68**		**22.257,28**	**0,00**	**0,00**	**1.618.245,40**

6 Ativos Intangíveis

Outros Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2016 e de 2017, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

	2016					
Descrição	**Saldo inicial**	**Aquisições / Dotações**	**Abates**	**Transferências**	**Revalorizações**	**Saldo final**
Custo						
Goodwill	0,00					0,00
Projetos de Desenvolvimento	0,00					0,00
Programas de Computador	0,00					0,00
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Ativos intangíveis	166.824,18					166.824,18
Total	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Depreciações acumuladas						
Goodwill	0,00					0,00
Projetos de Desenvolvimento	0,00					0.00
Programas de Computador	0,00					0,00
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Ativos intangíveis	166.824,18					166.824,18
Total	**166.824,18**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**166.824,18**
Valor Liquido Contabilistico	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

2017

Descrição	**Saldo inicial**	**Aquisições / Dotações**	**Abates**	**Transferências**	**Revalorizações**	**Saldo final**
Custo						
Goodwill	0,00					0,00
Projetos de Desenvolvimento	0,00					0,00
Programas de Computador	0,00					0,00
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Ativos intangíveis	166.824,18					166.824,18
Total	**166.824,18**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**166.824,18**
Depreciações acumuladas						
Goodwill	0,00					0,00

Projetos de Desenvolvimento	0,00					0,00
Programas de Computador	0,00					0,00
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Ativos intangíveis	166.824,18					166.824,18
Total	**166.824,18**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**166.824,18**
Valor líquido Contabilístico	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

7 Custos de Empréstimos Obtidos

Não existem empréstimos obtidos

8 Inventários

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

	2016				2017		
Descrição	**Inventário inicial**	**Compras**	**Reclassificações e Regularizações**	**Inventário final**	**Compras**	**Reclassificações e Regularizações**	**Inventário final**
Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	8.660,75	265.323,24	263.848,12	10.135,87	259.148,32	258.133,29	11.150,90
Produtos acabados e intermédios	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Total	**8.660,75**	**265.323,24**	**263.848,12**	**10.135,87**	**259.148,32**	**258.133,29**	**11.150,90**
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				263.848,12			258.133,29
Variações nos inventários da produção				0,00			0,00

9 Rédito

Para os períodos de 2017 e 2016 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	**2017**	**2016**
Vendas	0,00	0,00
Prestação de Serviços		
Quotas de utilizadores	765.892,46	787.952,01
Quotas e joias	3.570,62	1.788,46
Serviços Secundários	209.350,50	242.740,42
Royalties	0,00	0,00
Dividendos	0,00	0,00
Total	**978.813,58**	**1.032.480,89**

10 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Provisões

Nos períodos de 2016 e 2017, não existiram quaisquer provisões.

Descrição	2016	Aumentos	Diminuições	2017
Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00
Garantias a clientes	0,00	0,00	0,00	0,00
Processos judiciais em curso	0,00	0,00	0,00	0,00
Acidentes de trabalho e doenças profissionais	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias ambientais	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratos onerosos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reestruturação	0,00	0,00	0,00	0,00
Provisões específicas do setor	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras provisões	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

11 Imposto sobre o Rendimento

A Entidade encontra-se isenta de IRC

12 Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos diretivos, nos períodos de 2017 e 2016, foram, respetivamente 7 e 7.

Os órgãos diretivos não usufruem quaisquer.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2017 foi de 73 e em 31/12/2016 foi de 76.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2017	2016
Remunerações aos Orgãos Sociais	0,00	0,00
Remunerações ao pessoal	687.839,87	680.316,67
Benefícios Pós-Emprego	0,00	0,00
Indemnizações	0,00	0,00
Encargos sobre as Remunerações	152.381,46	149.524,10
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	6.818,69	5.915,92
Gastos de Ação Social	0,00	0,00
Outros Gastos com o Pessoal	3.893,89	6.459,34
Total	**850.933,91**	**842.216,03**

13 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

14 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

14.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2017 e 2016, a Entidade detinha os seguintes "Investimentos Financeiros":

Descrição	2017	2016
Investimentos em subsidiárias	**0,00**	**0,00**
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos em associadas	**0,00**	**0,00**
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos em entidades conjuntamente controladas	**0,00**	**0,00**
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos noutras empresas	**413.669,66**	**413.669,66**
Outros investimentos financeiros	**2.983,86**	**1.877,61**
Perdas por Imparidade Acumuladas	**-409.729,68**	**-409.729,68**
Total	**6.923,84**	**5.817,59**

14.2 Clientes e Utentes

Para os períodos de 2017 e 2016 a rubrica "Clientes" encontra-se desagregada da seguinte for:

Descrição	2017	2016
Clientes e Utentes c/c		
Clientes	0,00	0,00
Utentes	94.309,66	103.277,87
Clientes e Utentes títulos a receber		
Clientes	0,00	0,00
Utentes	0,00	0,00
Clientes e Utentes factoring		
Clientes		
Utentes		
Clientes e Utentes cobrança duvidosa		
Clientes		
Utentes		
Total	**94.309,66**	**103.277,87**

14.3 Outras contas a receber

A rubrica "Outras contas a receber" tinha, em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a seguinte decomposição:

Descrição	2017	2016
Remunerações a pagar ao pessoal	0.00	0.00
Adiantamentos ao pessoal	0,00	0,00
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos	0,00	0,00
Devedores por acréscimos de rendimentos	0,00	0,00
Outras operações	0,00	0,00
Outros Devedores	53.572,21	65.866,80
Perdas por Imparidade	0,00	0,00
Total	**53.572,21**	**65.866,80**

14.4 Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Descrição	2017	2016
Gastos a Reconhecer		
Seguros	2.648,10	3.591,57
Rendas antecipadas	662,00	658,45
Custo Produtos de Limpeza	1.747,55	3.249,00
Total	**5.057,65**	**7.499,02**
Rendimentos a Reconhecer		
Total	**0,00**	**0,00**

14.5 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de dezembro de 2017 e 2016, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2017	2016
Caixa	1.272,24	1.448,03
Depósitos à ordem	64.396,11	31.872,29
Depósitos a prazo	30.000,00	30.000,00
Outros		
Total	**95.668,35**	**63.320,32**

14.6 Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	129.528,56	0,00	0,00	129.528,56
Excedentes técnicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultados transitados	292.951,83	7.142,47	0,00	300.094,30
Excedentes de revalorização	1.166.945,17	0,00	26.230,75	1.140.714,42
Outras variações nos fundos patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	**1.589.425,56**	**7.142,47**	**26.230,75**	**1.570.337,28**

14.7 Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Fornecedores c/c	43.908,80	61.979,02
Fornecedores títulos a pagar	0,00	0,00
Fornecedores faturas em receção e conferência	0,00	0,00
Total	**43.908,80**	**61.979,02**

14.8 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Ativo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	8.028,83	7.026,14
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
Total	**8.028,83**	**7.026,14**
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	0,00	0,00
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	4.504,04	2.654,39
Segurança Social	16.368,88	15.856,16
Outros Impostos e Taxas	88,00	125,00
Total	**20.960,92**	**18.635,55**

14.9 Outras Contas a Pagar

A rubrica "Outras contas a pagar" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2017		2016	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal				
Remunerações a pagar	0,00	74.599,29	0.00	59.326,82
Cauções	0,00		0,00	
Outras operações		306,98		543,44
Perdas por imparidade acumuladas		0,00		0,00
Fornecedores de Investimentos		**0,00**		**0,00**
Credores por acréscimo de gastos		**0,00**		**0,00**
Outros credores		**178.569,41**		**182.965,37**
Total	**0,00**	**253.475,68**	**0,00**	**242.835,63**

14.10 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2017 e 2016, os seguintes subsídio, doações, heranças e legados:

Descrição	2017	2016
Subsídios do Estado e outros entes públicos	463.107,45	378.139,53
Subsídios de outras entidades	775,20	3.158,50
Doações e heranças	8.590,15	8.982,70
Legados	0,00	0,00
Total	**472.472,80**	**390.280,73**

14.11 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, foi a seguinte:

Descrição	2017	2016
Subcontratos	39.502,71	31.205,97
Serviços especializados	180.314,00	169.940,61
Materiais	17.082,93	17.106,63
Energia e fluidos	76.555,17	74.616,67
Deslocações, estadas e transportes	5.892,53	4.704,12
Serviços diversos	87.707,84	77.108,58
Total	**407.055,18**	**374.682,58**

14.12 Outros rendimentos

A rubrica de "Outros rendimentos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Rendimentos Suplementares	0,00	0,00
Descontos de pronto pagamento obtidos	0,00	0,00
Recuperação de dívidas a receber	0,00	0,00
Ganhos em inventários	0,00	0,00
Rendimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Rendimentos nos restantes ativos financeiros	0,00	0,00
Rendimentos em investimentos não financeiros	124.337,78	121.660,82
Outros rendimentos	11.077,98	2.811,66
Total	**135.415,76**	**124.472,48**

14.13 Outros gastos

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Impostos	1.127,83	1.720,55
Descontos de pronto pagamento concedidos	0,00	0,00
Incobráveis	0,00	0,00
Perdas em inventários	0,00	82,41
Gastos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Gastos nos restantes investimentos financeiros	0,00	0,00
Gastos em investimentos não financeiros	0,00	0,00
Outros Gastos	4.939,00	14.098,25
Custo com apoios financeiros concedidos a utentes	7.749,82	4.848,79
Total	**13.816,65**	**20.750,00**

14.14 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2017 e 2016 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2017	2016
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	1,00	90,97
Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00
Outros gastos e perdas de financiamento	0,00	0,00
Total	**1,00**	**90,97**
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	45,63	152,50
Dividendos obtidos	0,00	0,00
Outros Rendimentos similares	0,00	0,00
Total	**45,63**	**152,50**
Resultados Financeiros	**44,63**	**61,53**

14.15 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2017.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2017 foram aprovadas pela Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia de Palmela em 21 de Março de 2018

Palmela, 21 de Março de 2018

O Técnico Oficial de Contas

A Direcção